

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.133 - SC (2019/0307311-2)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : MUNICÍPIO DE JOINVILLE**  
**PROCURADORES : MÁRIO DA MOTTA REZENDE - SC010727**  
**RAFAEL SCHREIBER E OUTRO(S) - SC021750**  
**RECORRIDO : H O P (MENOR)**  
**REPR. POR : C O**  
**ADVOGADO : CYNTHIA MARIA PINTO DA LUZ E OUTRO(S) - SC005166**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado (e-STJ, fl. 107):

APELAÇÃO CÍVEL. EDUCAÇÃO. ENSINO FUNDAMENTAL. CRITÉRIO ETÁRIO. INADMISSÃO DE MATRÍCULA DE CRIANÇA QUE NÃO COMPLETOU SEIS ANOS DE IDADE ATÉ 31 DE MARÇO DO CORRENTE ANO LETIVO. LIMITE ESTABELECIDO PELAS RESOLUÇÕES NS. 01/10 E 06/10 DO CNE/CEB. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RISCO DE PREJUÍZO À VIDA ESCOLAR FUTURA DA AUTORA.

O direito à educação - elencado no rol dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal - como compromisso importante do Estado, recomenda flexibilidade na aplicação das orientações da Câmara Nacional de Educação Básica, privilegiando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade ao atender ao requerimento de matrícula em ensino fundamental antes dos seis anos de idade, sobretudo se por benevolência judicial o aluno já concluiu com êxito o primeiro ano. Tal medida, embora não deva servir de exemplo ou estímulo, atende ora a Lei de Introdução à Normas do Direito Brasileiro que no art. 20 orienta "[...] sejam consideradas as consequências práticas da decisão [...]".

Nas razões do especial, o insurgente alega violação do art. 927 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), sustentando que o acórdão proferido pela Corte local é contrário ao entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Afirma que é constitucional a exigência de seis anos de idade para o ingresso no ensino fundamental, cabendo ao Ministério da Educação definir o momento em que o aluno deverá preencher o critério etário.

Aduz a necessidade de observância do art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e das Resoluções CNE/CEB n. 1/2010, 6/2010 e 7/2010, porquanto não há obrigatoriedade de concessão de vaga para a criança.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ, fls. 237-241).

É o relatório.

Inicialmente, verifico que a matéria referente aos arts. 927 do Código de Processo Civil de 2015 e 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Ademais, o recorrente não opôs embargos de declaração com o intuito de sanar eventual omissão.

Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do apelo extremo, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE ARRENDAMENTO ASSJUR E CONTRATO MT/DPH. DEVOLUÇÃO DE VALORES AO ERÁRIO PÚBLICO. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS N. 283 E 284 DO STF. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

IX - O acórdão recorrido não analisou o conteúdo do dispositivo legal, nem foram opostos embargos de declaração para tal fim, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento, ensejando a incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF.

[...]

XVI - Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.642.303/ES, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 17/3/2020)

Por fim, resolução não se equipara a conceito de lei federal para interposição de recurso especial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator